

UMA ANÁLISE A PARTIR DA VIVÊNCIA DO NÚCLEO DE EXTENSÃO POPULAR FLOR DE MANDACARU ACERCA DA CATEGORIA GÊNERO SOB AS PERSPECTIVAS QUEER E MARXISTA

Éssica de Almeida Lima¹

Ana Carolina Oliveira Lopes²

Iasmim Alves Ferreira de Carvalho³

Iuri Assunção⁴

Orientadora: Ana Lia Vanderlei de Almeida⁵

²³Graduandas em Direito pela Universidade Federal da Paraíba; integrantes do Núcleo de Extensão Popular Flor de Mandacaru. *essica123@gmail.com, caroliveira03@gmail.com asmimafc18@gmail.com*

⁴Graduado em Relações Internacionais pela UEPB e mestrando em Direitos Humanos pelo Programa de Pós-graduação em Ciências Jurídicas da UFPB. *iuriassuncao@gmail.com*

⁵Mestre em Ciências Jurídicas pela Universidade Federal da Paraíba (2009) e doutoranda pela mesma instituição. É professora do curso de Direito da Universidade Federal da Paraíba. *liafdr@yahoo.com.br*

Resumo

O presente artigo traz uma análise acerca das atividades desenvolvidas pelo Núcleo de Extensão Popular Flor de Mandacaru (NEP), entre os anos de 2013 e 2014, junto aos movimentos sociais e populares de João Pessoa, bem como articulações com outros sujeitos marginalizados, principalmente no que se refere às discussões de gênero, classes sociais e sexualidade. De modo geral, busca-se a compreensão das atividades de extensão e pesquisa a partir de uma perspectiva paulo freiriana sobre educação popular e a importância da dialogicidade entre os sujeitos para a construção de saberes conjuntamente. Tal abordagem procura estabelecer um diálogo entre o marxismo, compreendendo o trabalho como categoria fundante do ser social, e as teorias “pós-estruturalistas”, principalmente as que discutem categorias como gênero e sexualidade, buscando entender como as opressões se constroem umas nas outras.

Palavras-chave: Gênero. NEP Flor de Mandacaru. Marxismo. Teorias pós estruturalistas.

Introdução

O presente trabalho parte da vivência das/os extensionistas do Núcleo de Extensão Popular Flor de Mandacaru acerca das opressões produzidas e reproduzidas por uma sociedade capitalista. Essa sociedade revela-se, portanto, machista, patriarcal, racista e LGBTfóbica, como meio de estruturação do capital e de efetivação das estruturas necessárias para seu fortalecimento e consequente perpetuação.

O NEP é um grupo de extensão que presta assessoria jurídica universitária popular (AJUP) vinculado ao Centro de Ciências Jurídicas (CCJ) da Universidade Federal da Paraíba. O Núcleo atua através da perspectiva Paulofreiriana de Educação Popular, de modo a empoderar o sujeito oprimido e emancipá-lo através da educação. Como ferramenta de mudança social, o NEP Flor de Mandacaru apresenta-se para se somar à luta por uma sociedade sem opressões. Isto é o que se pode observar, por exemplo, quando o Núcleo escolhe atuar em conjunto com o Movimento Feminista da Paraíba.

A partir da vivência com os estudos feministas e da utilização de uma abordagem marxista, justificada pelo entendimento da centralidade da categoria trabalho como fundamento do ser social, as/os integrantes do Núcleo perceberam a insuficiência do marxismo para a compreensão de opressões fundadas em questões como gênero e sexualidade. Como forma de entender e superar a opressão de gênero, o presente estudo busca analisar a categoria “gênero” por meio do feminismo marxista – para não se desviar da centralidade do trabalho – e de teorias pós-estruturalistas, como a teoria *queer*, a fim de chegar a uma conclusão acerca da marginalização das mulheres enquanto grupo e enquanto sujeitos políticos.

O estudo objetiva, ademais, apresentar o NEP Flor de Mandacaru como uma ferramenta de resistência dentro e fora da Universidade Federal da Paraíba por escolher atuar com movimentos sociais que lutam contra as opressões estruturantes da sociedade capitalista.

Metodologia

O presente estudo é fruto de revisão bibliográfica e, sobretudo, da experiência dos/das extensionistas do Núcleo de Extensão Popular Flor de Mandacaru na construção de uma análise crítica acerca das opressões de gênero que se constroem em meio à sociedade capitalista. Utilizando-se de referências marxistas e pós-estruturalistas que se preocupam em tratar as questões do gênero, as/os extensionistas chegam a uma conclusão sobre a categoria “gênero” e sobre as opressões que estão a ela ligadas, partindo, assim, para a prática do Movimento Feminista da Paraíba – em especial da capital paraibana, João Pessoa –, com o qual trabalham diretamente desde o ano de 2013. A vivência proporcionada pelo Núcleo Popular sustenta, portanto, as bases do presente escrito, através do qual se tem a problematização das estruturas sociais patriarcais opressoras, pautadas em referenciais teóricos bem delimitados.

Resultados e Discussões

1. O NEP

O Núcleo de Extensão Popular Flor de Mandacaru (NEP) é um grupo de Assessoria Jurídica Universitária Popular (AJUP) criado em 2007 por estudantes do Centro de Ciências Jurídicas da UFPB. O NEP atua a partir da parceria com os sujeitos envolvidos em diversas lutas sociais. Dessa maneira o grupo vincula em sua prática extensionista a assessoria jurídica e a educação popular junto à movimentos e organizações populares; trata-se nas palavras de Thiago Fernandes (ex integrante do NEP), de "uma escolha pela atuação junto aos movimentos sociais e à classe trabalhadora de um modo geral" (FERNANDES: 2014, p.11).

Ao longo de sua existência o grupo já atuou junto a vários sujeitos e organizações ligados à luta pelos direitos dos/as trabalhadores/as e grupos sociais subalternizados no estado da Paraíba, como a comunidade quilombola de Paratibe no seu processo de demarcação de território junto ao INCRA (2007 a 2012); a organização dos moradores da comunidade urbana periférica de Santa Clara (bairro Castelo Branco - João Pessoa) junto ao Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD) de 2010 a 2011; acompanhou também casos emblemáticos de luta pela democratização do campo, apoiando organizações como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)

e a Comissão Pastoral da Terra - acompanhamento da luta pela terra na Fazenda Quirino (2011 - 2012); atuamos também acompanhando algumas demandas do Sindicato das Trabalhadoras Domésticas e, mais recentemente, apoiando a luta por moradia junto ao Movimento Terra Livre (MTL) na ocupação urbana Tijolino Vermelho em João Pessoa (2012 até os tempos atuais); as atividades do NEP em 2014, junto com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) da Paraíba, foram realizadas em dois acampamentos na divisa entre Paraíba e Pernambuco, o Wanderley Caixe e Nova Esperança, onde desenvolvíamos atividades de batucada com a juventude e, ainda, reuniões auto-organizadas entre as extensionistas do núcleo e as mulheres dos acampamentos, almejando a auto-organização destas; ademais, desde meados de 2013 e 2014 até os dias atuais, o núcleo possui articulações com o Movimento Espírito Lilás (MEL - movimento que pauta a questão LGBT) e com o Grupo Maria Quitéria - grupo de mulheres lésbicas e bissexuais de João Pessoa.

Nesse sentido, conforme expõe Luana Dorziat (ex-integrante do núcleo) em monografia de conclusão de curso, no desenvolvimento de suas atividades o NEP procura:

interligar as demandas e pautas políticas desses sujeitos com as atividades de ensino e pesquisa da universidade, para promover a aproximação dos estudantes com a realidade e as lutas daqueles movimentos. Esse princípio delimita as ações do NEP junto à comunidade, objetivando a superação da mera assistência jurídica, com base na visão de Educação Popular, que toma os sujeitos como atores sociais. Isso significa dizer que, além de os estudantes universitários acompanharem juridicamente as demandas vindas dos trabalhadores rurais, junto aos seus advogados, eles também atuam dialogicamente junto aos sujeitos envolvidos no conflito fundiário. Buscam, dessa forma, compreender as suas lutas e sua condição no mundo, desenvolver reflexões e a tomada de consciência da realidade sócio-econômico-político-cultural junto a esses sujeitos e apoiar as ações transformadoras construídas pela comunidade (DORZIAT, 2013, p. 13).

A Assessoria Jurídica Popular Universitária tem se constituído nas últimas décadas como uma das práticas de extensão popular mais difundida nas faculdades de direito do país, tornando-se tanto um campo de atuação acadêmica (aliando pesquisa à extensão) como um canal de estabelecimento de compromissos e diálogos entre a academia e os movimentos sociais e populares. Nas palavras de Ana Lia Almeida (2013, p.34). Esses grupos desenvolvem as mais diversas atividades, muitas vezes identificadas como relativas à defesa e promoção dos direitos humanos; tradicionalmente relacionadas à educação popular e à orientação e acompanhamento jurídico *lato sensu* de movimentos sociais e grupos populares em geral.

O NEP faz parte da Rede Nacional de Assessoria Jurídica Universitária (RENAJU), que reúne núcleos oriundos de boa parte dos estados do país. Há projetos dedicados à AJUP na Universidade Federal do Pará (UFPA), na Universidade Federal do Maranhão (UFMA), na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), na Universidade Federal do Piauí (UFPI), na Universidade Federal do Ceará (UFC), na Universidade Federal de Goiás (UFG), na Universidade de São Paulo (USP), na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), na Universidade Federal do Paraná (UFPR), na Universidade Federal da Bahia (UFBA), na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) e na Universidade Regional do Cariri (URCA). Além de instituições públicas de Ensino Superior, diversas instituições particulares também possuem coletivos dedicados à AJUP. É o caso, por exemplo, da

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), e o SAJU da UniFor, no Ceará.

Nesses projetos, diversas são as experiências em assessoria jurídica popular. Há coletivos atuando junto a comunidades urbanas periféricas, rádios comunitárias, comunidades indígenas e quilombolas, ocupações urbanas e rurais, e a diversos movimentos sociais, como os feministas e de mulheres, os de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros, os de Trabalhadores Rurais Sem Terra, os de Trabalhadores Sem Teto, os dos Trabalhadores Desempregados, de Trabalhadores Domésticos, etc.

Em 2013 o NEP passou a se dedicar com maior ênfase às lutas sociais feministas, através do projeto de extensão “NEP - Núcleo de Extensão Popular Flor de Mandacaru - Assessoria Jurídica, Educação Popular e a Luta das Mulheres”. Nesse sentido, o NEP passou a assessorar movimentos de mulheres, acompanhando o processo do “Caso Queimadas”, um caso emblemático de violência contra a mulher ocorrido na Paraíba.

Além do projeto acima citado, o NEP congregou no último ano mais dois projetos de extensão vinculados à Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários (PRAC). Assim, o Núcleo se organizou em três diferentes eixos de atuação: o eixo moradia (através do projeto “NEP - Núcleo de Extensão Popular Flor de Mandacaru - Assessoria Jurídica, Educação Popular, Luta por Moradia Digna e Adequada”), o eixo trabalho (através do projeto “NEP - Núcleo de Extensão Popular Flor de Mandacaru – Assessoria Jurídica, Educação Popular e a Luta pelo Trabalho”) e o eixo mulheres.

Contudo, o envolvimento do Núcleo com a pauta das mulheres ultrapassou o eixo específico, tornando-se central, por exemplo, na atuação do eixo trabalho, sobretudo no que diz respeito às atividades de assessoria jurídica e educação popular desempenhadas junto ao Sindicato das Trabalhadoras Domésticas de João Pessoa.

Segundo o estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) sobre o feminicídio no Brasil¹, estima-se que entre 2001 e 2011 mais de 50 mil mulheres foram assassinadas no país, apenas pelo fato de serem mulheres. Somente entre 2009 e 2011 cerca de 17.000 mulheres morreram por conflitos de gênero, são mais de 5.000 mortes por ano. De acordo com o relatório da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) que investigou a violência contra a mulher², só no estado da Paraíba 102 mulheres foram assassinadas em 2013.

O envolvimento do Núcleo com a questão da sexualidade se insere num cenário de avanços e retrocesso das pautas sociais LGBT. Essa movimentação diz respeito a recentes acontecimentos no cenário nacional e internacional que se referem diretamente à cidadania LGBT. Exemplos de retrocessos das pautas LGBT podem ser expressos pela consolidação de legislações que criminalizam a sujeitos LGBT.

Na Rússia foi aprovada em 2013 a “Lei da Defesa dos Menores relativamente à propaganda das relações sexuais não-tradicionais”, a promulgação da lei gerou centenas de conflitos em todo o país, repercutiu internacionalmente e direcionou centralidade ao debate sobre os direitos homossexuais durante as Olimpíadas de Inverno de Sochi³. Na Uganda foi promulgada em fevereiro de 2014 uma “lei antigay” que pune gays, lésbicas e bissexuais com prisão perpetua se estes se casarem ou estabelecerem relações sexuais com pessoas do mesmo sexo.

No Brasil esse contexto pode ser exemplificado quando, a despeito do avanço da pauta LGBT no país e da equiparação da união entre pessoas do mesmo sexo à união estável de casais heterossexuais pelo Supremo Tribunal Federal (STF), foi aprovado na Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara (CDH) o projeto que ficou conhecido como “Cura Gay”, que pretendia permitir aos profissionais da Psicologia

prestar atendimento visando a modificação da orientação sexual dos pacientes, além de atribuir caráter patológico à homossexualidade.

Essas contradições estão presentes também na própria decisão do STF e nas relações dela provenientes, pois, ao mesmo tempo em que se regulamenta a união estável "homoafetiva", várias outras formas de exercício da sexualidade LGBT são postas à margem do campo tido como socialmente "aceito", por distanciar-se do padrão monogâmico que estabelece a idéia de "família", por exemplo. Conforme Roberto Efreim Filho:

Mesmo o Movimento LGBT, como qualquer Movimento, pauta-se por (ou em relação com) mecanismos de controle social. A conquista de direitos resulta de processos contraditórios de inclusão e exclusão [...] os sujeitos *a priori* "incluídos" não se encontram livres de enfrentamentos sociais. O que se tem chamado de "inclusão", no caso das *uniões homoafetivas*, não deixa de ser um campo minado (EFREM FILHO, 2014, p. 23).

A conjuntura histórica em nosso país no que diz respeito aos sujeitos LGBT, em que pese esses "avanços" - mesmo que contraditórios - no direito, é de uma violência homofóbica assustadora. Segundo um estudo do Grupo Gay da Bahia, o mais antigo movimento LGBT do país, em 2012 foram registrados no Brasil 338 assassinatos motivados por homofobia ou transfobia, representando 27% a mais que em 2011⁵. De acordo com o Relatório de Assassinatos de Homossexuais de 2013, foram assassinados 312 LGBTs no ano passado, o que significa uma morte a cada 28 horas⁶. Tais dados denunciam que o Brasil é o país com o maior número de assassinatos homofóbicos. Também segundo o mesmo estudo, em termos relativos, João Pessoa é a segunda capital mais homofóbica do Brasil, com uma proporção de 14,3 mortes para 770 mil habitantes. Firmando o Nordeste na primeira posição no Brasil em relação a estes assassinatos.

Ressaltamos que o debate sobre a sexualidade e o interesse por tal temática está diretamente relacionado com os nossos espaços de atuação, sobretudo devido aos debates ocorridos durante o XV Encontro da Rede Nacional de Assessoria Jurídica Universitária (ERENAJU) realizado em São Paulo, em 2013. Essa também é uma realidade dos movimentos sociais e organizações populares, a exemplo do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, que recentemente criou uma setorial LGBT dentro do movimento e dos jovens da Paraíba organizados no Levante Popular da Juventude, que no ano passado criaram a Frente pela Diversidade Sexual para fazer enfrentamento à violência e à homofobia no estado.

Observa-se, portanto, que a demanda latente por compreender e fortalecer a luta das mulheres e dos sujeitos LGBTs se insere num contexto ligado à relações e conflitos em vários níveis da sociedade. Nesse sentido, os dados apontados aqui revelam a importância e necessidade da Universidade e dos/as estudantes de direito também se inserirem nessa discussão, colaborando no enfrentamento a essas formas de violência tão presentes em nossa sociedade - pois, como nos ensinou Florestan Fernandes (1997) "ou os estudantes se identificam com o destino do seu povo, com ele sofrendo a mesma luta, ou se dissociam do seu povo, e nesse caso, serão aliados daqueles que exploram o povo". Assim, o Núcleo de Extensão Popular Flor de Mandacaru, com esta frente de atuação, pretende ativar o papel transformador da educação para fortalecer o combate à opressão sofrida pelas mulheres e pela comunidade LGBT, principalmente no estado da Paraíba.

Fundamentação Teórica

O Núcleo de Extensão Popular Flor de Mandacaru, na frente Gênero, Feminismo e Sexualidade, atua fundado nas reflexões acerca da temática de "gênero", buscando compreender as relações de opressão que se desenrolam entre homens e mulheres para além da perspectiva heterossexual naturalizada na sociedade.

Para tal análise, estabeleceremos um diálogo entre perspectivas feministas marxistas e contribuições dos estudos "pós-feministas", os quais ampliam a concepção da mulher como sujeito do feminismo e avançam teoricamente nas discussões sobre sexualidade para dar conta de outros sujeitos, como, por exemplo, os sujeitos LGBTs. No entanto, buscaremos preservar a abordagem feminista marxista quanto à compreensão da centralidade do trabalho nos processo de reprodução social, ou seja, compreendendo a dominação da mulher pelo homem de forma articulada ou entrincheirada com a divisão da sociedade em classes antagônicas, o que resulta, entre outros processos, na divisão sexual do trabalho na sociedade como um todo e também no interior da classe trabalhadora.

Compreendemos, portanto, que a opressão sobre as mulheres e sujeitos LGBTs se constrói na exploração dos trabalhadores e trabalhadoras, sendo inócuo compreendê-los de modo isolado. Nesse sentido, uma opressão se faz na outra, ou seja, não se esgotam no gênero. Portanto, o machismo oprime em comunhão ao racismo e à LGBTfobia, e todos esses processos de opressão se desenrolam no interior de uma sociedade dividida em classes, reforçando esta desigualdade social. Assim sendo, consideramos que é inseparável a questão de classe da questão de gênero, da sexualidade e da raça.

No que diz respeito à questão das mulheres, embora a situação de exploração a que são submetidas pelos homens remonte a tempos históricos anteriores ao modo de produção capitalista, este sistema não se sustenta sem a exploração da mulher e do trabalho reprodutivo, o qual sustenta a produção.

Segundo ÁVILA (2013), o capitalismo, durante seu desenvolvimento, estruturou as bases materiais e simbólicas da divisão sexual do trabalho, na medida em que o cuidar da casa e o cuidar das crianças não foi reconhecido enquanto um trabalho, pelo fato de não gerar riqueza. A partir da década de 1970 o feminismo passa a questionar, com maior veemência, a definição de trabalho como sendo apenas o trabalho produtivo.

Helena Hirata, referência do feminismo marxista no Brasil, contribuiu para a compreensão do trabalho feminino na atualidade a partir da função do cuidado – o *care*. “O conceito de *care* compartilha com outros conceitos, como ‘trabalho’ e ‘gênero’, a natureza ao mesmo tempo multidimensional e transversal” (HIRATA, 2011, p. 154).

Os marcos teóricos do feminismo marxista compreendem a luta social das mulheres como uma questão política de emancipação da classe trabalhadora. Assim, tais abordagens procuram explicar que o machismo está intrinsecamente ligado à divisão da sociedade em classes. Conforme ENGELS (1987), a propriedade privada se reproduz sexualizadamente, intrinsecamente relacionada ao modelo tradicional de família, ou seja, às bases estruturantes do próprio capitalismo, tornando-se assim parte indissociável deste.

Portanto, a dominação das mulheres pelos homens vai além das relações privadas, reverberando nas relações políticas e de trabalho. Ao realizar a reflexão sobre marxismo e feminismo, Mary Garcia Castro aponta que:

Tanto no marxismo como no feminismo, haveria a preocupação por questionar relações desiguais socialmente construídas e reconstruídas em embates de poder (no caso do feminismo, entre os sexos e pela institucionalização da supremacia masculina). Em ambos conhecimentos ressalta-se o projeto por negação de propriedades, expropriações e

apropriações (no caso do feminismo, tanto do valor produzido pelo trabalho das mulheres, socialmente reconhecido ou não, como de seu corpo, voz, re-a-presentações). Compartem também, o marxismo e o feminismo a ênfase na materialidade existencial (CASTRO, 2001, p. 99).

Desde que entramos no modo de produção capitalista, a opressão das mulheres é compreendida dentro das relações sociais como uma forma de manutenção do sistema. Assim as mulheres sempre foram subalternizadas, vivendo relações de trabalho precarizadas e menos valorizados pecuniariamente, além de viverem diariamente uma dupla jornada, na medida em que se responsabilizam pela totalidade do trabalho reprodutivo. Nesse sentido, Ricardo Antunes reflete que:

A presença feminina no mundo do trabalho nos permite acrescentar que, se a consciência de classe é uma articulação complexa, comportando identidades e heterogeneidades, entre singularidades que vivem uma situação particular no processo produtivo e na vida social, na esfera da materialidade e da subjetividade, tanto a contradição entre indivíduo e sua classe, quanto aquela que advém da relação entre classe e gênero, tornaram-se ainda mais agudas na era contemporânea. A classe-que-vive-do-trabalho é tanto masculina quanto feminina. É, portanto, também por isso, mais diversa, heterogênea e complexificada. Desse modo, uma crítica do capital, enquanto relação social, deve necessariamente apreender a dimensão de exploração presente nas relações capital/trabalho e também aquelas opressivas presentes na relação homem/mulher, de modo que a luta pela constituição do gênero-para-si-mesmo possibilite também a emancipação do gênero mulher (ANTUNES, 1995, p. 46).

No intuito de aprofundar a perspectiva dos nossos estudos, o Núcleo de Extensão Popular Flor de Mandacaru procurou ir além das lutas sociais feministas, debruçando-se também no entendimento das lutas sociais dos sujeitos LGBTs, analisando outras opressões de gênero que se dão em virtude de vivências subalternizadas da sexualidade.

Para isso, apropriamo-nos dos estudos no campo da sexualidade, como as teorias pós-feministas ou pós-estruturalistas, as quais ampliam o sujeito do feminino para além da mulher, bem como a análise de gênero. Tais abordagens têm suas origens no pós-estruturalismo francês, bem como nos estudos culturais norte americanos, e consideram o sujeito como provisório, circunstancial e cindido (HALL, 2006), problematizando concepções clássicas de sujeito, identidade, agência e identificação as quais produziriam sujeitos adaptados, rotulados e ilegítimos (MISKOLCI, 2009).

Essa escolha se dá pela percepção de que existe uma lacuna presente nos estudos feministas clássicos, principalmente aqueles referentes à década de 70, os quais consideravam a mulher como único sujeito do feminismo ou das opressões de "gênero", quando a realidade apresenta uma enorme variedade de sujeitos que são oprimidos e violentados por se distanciarem de um padrão tido como "normal" de exercício da sexualidade, ou seja, situando tipos de violência que vão além do que se entende por "machismo".

Esta problemática, no entanto, ainda não está consolidada no campo de análise da "tradição marxista", motivo pelo qual a questão de classe e a centralidade do trabalho costuma ser bastante deficiente nos estudos da sexualidade. Isso quer dizer que compreendemos as limitações do enfoque marxista nas discussões acerca da sexualidade e, desta forma, nos apropriamos do debate pós-feminista e dos estudos da sexualidade de modo a buscar articular tais análises com a centralidade do trabalho e a divisão da sociedade em classes sociais, categorias próprias da tradição marxista.

Nessa perspectiva, por exemplo, dialogaremos com a *Teoria Queer*, que, dentro de um enfoque pós-feminista, compreende que as opressões de gênero não se limitam à mulher, mas se estendem àqueles sujeitos que vivem sua sexualidade de forma não convencional. Assim, os estudos *queer* buscam romper com a perspectiva binária da sociedade, ou seja, dualismos como homem/mulher, público/privado, ativo/passivo, razão/emoção, cultura/natureza e etc., que segundo OLSEN (2009), constituem as bases do pensamento liberal clássico. Os estudos *queer* propõem um afastamento das posições que compreendem uma noção única de diferença sexual. Para tanto, defende-se o entrecruzamento de opressões (PRECIADO, 2010), como sexualização da raça e racialização do sexo. As contribuições desses estudos são importantes, sobretudo, para o entendimento da categoria heteronormatividade.

A sociedade heteronormativa impõe comportamentos heterossexuais, não só nas relações sexuais e afetivas, mas dentro de todo o modelo estruturante de sociedade, definindo papéis e posições sociais de acordo com o sexo. Assim, segundo Lauren Berlant e Michael Warner:

Por heteronormatividade entendemos aquelas instituições, estruturas de compreensão e orientações práticas que não apenas fazem com que a heterossexualidade pareça coerente – ou seja, organizada como sexualidade – mas também que seja privilegiada. Sua coerência é sempre provisional e seu privilégio pode adotar várias formas (que às vezes são contraditórias): passa despercebida como linguagem básica sobre aspectos sociais e pessoais; é percebida como um estado natural; também se projeta como um objetivo ideal ou moral.” (BERLANT; WARNER, 2002, p. 230)

Os estudos *queer* problematizam os movimentos "identitários", alegando que as lutas sociais pelo fortalecimento de "identidades" - como a sexual, por exemplo – provocam contradições e exclusões quando buscam reconhecimento por parte da justiça (PRECIADO, 2010). A crítica às lutas identitárias repousa no processo de normalização e rotulação dos sujeitos. Os estudos *queer* compreendem, por sua vez, a existência de "performances" individuais dos sujeitos na produção de uma subjetividade excêntrica, na busca por desnaturalizar as diferenças sexuais binárias.

Segundo Richard Miskolci: no que concerne aos movimentos sociais identitários, as análises queer apontam para o fato de que eles operam a partir das representações sociais vigentes e expressam a demanda de sujeitos por reconhecimento. Isto contrasta claramente com a proposta teórica queer de apontar as fraturas nos sujeitos, seu caráter efêmero e contextual, mas o papel do queer não é desqualificar os movimentos identitários, antes apontar as armadilhas do hegemônico em que se inserem e permitir alianças estratégicas entre os movimentos que apontem como objetivo comum a crítica e contestação dos regimes normalizadores que criam tanto as identidades como sua posição subordinada no social (MISKOLCI, 2007, p. 14- 15).

Portanto, há um deslocamento nas análises que desviou a centralidade do trabalho e alocou, como elementos centrais da construção da subjetividade, outras categorias como o "corpo", a "imagem", a "linguagem", a "nacionalidade", a "raça" e a "sexualidade" (PRECIADO, 2010). Ademais, a desconstrução da noção única de diferença sexual defendida pelos estudos *queer* questiona e problematiza uma das práticas muito importantes atualmente para os movimentos sociais que são os espaços auto-organizados, prática bastante comum entre o movimento de mulheres e existente também em setores do movimento LGBT.

Muitos movimentos de mulheres, por exemplo, expõem a importância dos espaços de auto-organização, como espaços de construção e reconhecimento de identidade individual e coletiva, o reconhecimento de uma na outra, a percepção da opressão sofrida enquanto modo de repressão e submissão aos interesses do machismo bem como do capital. A auto-organização vem como uma forma de empoderamento individual e coletivo das mulheres, não apenas no âmbito privado, mas, sobretudo, no público e político, fazendo com que elas se percebam enquanto oprimidas e a partir disso possam buscar sua emancipação humana e se organizar a fim de transformar a realidade. Nesse sentido, Tatau Godinho (2006, p.33) expõe que "uma das dificuldades do combate político às discriminações, aos preconceitos, ao machismo é a forma camuflada ou sutil com que às vezes se manifestam, o que não diminui o peso negativo que tem sobre as mulheres". Para enfrentar esses diversos âmbitos nos quais as opressões de gênero se manifestam, compreendemos que os sujeitos que as sofrem devem se organizar coletivamente por meio variados mecanismos que estejam ao seu alcance, inclusive os espaços auto-organizados.

Além das referências teóricas do campo do gênero, feminismo e sexualidade, consideramos enquanto marco teórico fundamental para nossa prática a concepção de Paulo Freire de educação popular enquanto prática político-pedagógica, compreendendo os sujeitos com os quais atuamos como "sujeitos ativos na sua própria transformação" (DIETER, 2011). Os princípios freirianos estão expressos em todos os níveis de atuação do NEP, seja em sua organização interna, centrada no princípio da horizontalidade, seja na escolha dos sujeitos políticos com que atuamos. A assessoria aos movimentos e organizações populares diz respeito ao intento do Núcleo de desenvolver ações reflexivas coletivas, de forma recíproca e dialógica.

Deste modo, consideramos que em nossas atividades de educação popular junto aos nossos parceiros, não há uma sobreposição do saber científico da universidade sobre o saber popular, tampouco uma hierarquização entre os sujeitos, de forma que todas as atividades realizadas são dialogadas e pensadas coletivamente. Assim, a educação popular se estabelece como base principal do Núcleo, vez que além do princípio da horizontalidade refletido nas práticas das AJUPS, existe uma importância política, pautada no papel transformador da educação e na luta pela modificação da realidade que é imposta a estes sujeitos, contribuindo com as lutas sociais dos sujeitos que enfrentam o machismo, a LGBTfobia e qualquer outra forma de opressão.

Conclusão

O Núcleo de Extensão Popular (NEP) Flor de Mandacaru compromete-se com a luta e a emancipação dos sujeitos socialmente subalternizados, para tanto, atua em conjunto com estes, utilizando-se do método de Educação Popular desenvolvido por Paulo Freire.

Dentre os movimentos acompanhados pelo NEP Flor de Mandacaru, ocupam destaque os que fazem alusão a questões de gênero e sexualidade. O gênero feminino é considerado inferior na sociedade patriarcal e, portanto, recebe atenção especial do Núcleo, o qual se propõe a resistir às profundas opressões existentes e a buscar minimizá-las por meio do empoderamento dos sujeitos oprimidos.

Utilizando-se de referenciais marxistas e pós-estruturalistas, o Núcleo Popular trabalha, por conseguinte, como ferramenta de luta em parceria com os movimentos de mulheres da Paraíba – especialmente João Pessoa –, assessorando as mulheres no que precisarem, tomando sempre o cuidado de não cair na perspectiva de mera assistência jurídica. Ademais, objetiva empoderar-se junto a esses movimentos, através de um

aprendizado dialógico, afastando-se da ideia de que a Universidade leva o conhecimento para os movimentos populares e sociais. O NEP se propõe, portanto, a transcender os muros da academia de modo a levar e construir conhecimento, fortalecendo mulheres e demais sujeitos marginalizados.

A atuação do NEP dentro da Universidade Federal da Paraíba e o modo como esta se projeta para fora dos muros universitários, em última análise, revela-se de fundamental importância para a mudança de concepção dos/as graduandos/as. Estar presente na luta contra o machismo, o racismo e a LGBTfobia possui uma carga de comprometimento com a reformulação social no que diz respeito às profundas desigualdades produzidas e reproduzidas por uma sociedade capitalista e pautar esse debate dentro da academia – ambiente que se revela ainda muito conservador – significa transformar mentalidades e desconstruir preconceitos reiterados por séculos.

Referências:

ÁLVARO, Cisne Mirla. **“Feminismo, luta de classes e consciência militante feminista”**. Tese (doutorado). Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Serviço Social, 2013.

CASTRO, Garcia Mary. **“Crítica marxista – Dossiê: “Marxismo, feminismos e feminismo marxista – mais que um gênero em tempos neoliberais”**. Dossiê Crítica Marxista.

ENGELS, Friedrich. 1987. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Trad. Leandro Konder. 11ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

FREIRE, Paulo. **“Pedagogia do Oprimido”**. 17 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. **“Educação e Mudança”**. 31 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

GODINHO, Tatau. **“Construindo novas relações de gênero”. O feminismo e a luta dos trabalhadores**.

HIRATA http://www.revistappgsa.ifcs.ufrj.br/pdfs/ano1v1_artigo_nadya-guimaraes-helena-hirata-kurumi-sugita.pdf

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade**. Porto Alegre, DP&A Editora, 2006.

MISKOLCI, Richard. **“A teoria queer e a questão das diferenças: por uma analítica da normalização”**.